

Sessão 6 - IAD Framework

Elinor Ostrom - An Agenda for the Study of Institutions

E. Ostrom - An Agenda for the Study of Institutions (1982)

- Ostrom ressalta, de modo similar aos autores que vimos anteriormente, que há uma multiplicidade de sentidos para os termos *instituições*, *organizações* e *regras*
- Regras, para Ostrom, são "*potentially linguistic entities that refer to prescriptions commonly known and used by a set of participants to order repetitive, interdependent relationships*"
- Ou seja, a linguagem é importante; o caráter de prescrição, que muitas vezes envolve punição; para fins continuados e que são atingidos de modo coletivo

Regras

- Regras afetam o comportamento individual de três maneiras:
- Afirmando quais são as ações permitidas, onde as ações residuais são proibidas, ou o contrário;
- Regras especificam quais são os limites superiores e inferiores de um resultado ou comportamento específico;
- Regras que demandam certas ações ou resultados. Por exemplo, um hospital deve proceder de certa maneira caso o paciente tenha uma doença X, ou um juiz aplica apenas a lei Y para casos com características A, B ou C.
- Os dois primeiros tipos são mais comuns

Regras e Escolha Pública

- Ostrom afirma que vários dos autores ligados à *public choice school* tratam as normas como se estas formassem um jogo de mesmo nível
- Na realidade, o jogo é multinível e tais níveis influenciam uns aos outros
- Ostrom dá três exemplos para mostrar como as regras geram processos de *feedback* entre diferentes níveis: competição eleitoral (com ou sem burocracia competitiva); decisões de um comitê com distintas regras de votação; regra da maioria com ou sem compartilhamento de informação

Múltiplos Níveis de Análise e Estratégias Distintas de Pesquisa

- Ostrom, modesta como sempre, afirma que não tem uma resposta clara para analisar instituições, mas ela tem uma sugestão:
- Variáveis de primeira ordem (lembra de Vincent Ostrom?): mercados, estado, arranjos policêntricos civis, organizações mistas, etc
- Variáveis de segunda ordem, entretanto, devem ser entendidas por outros critérios

A Estrutura de Ação

- Sete variáveis:
- As posições dos participantes
- O grupo de participantes em cada situação
- O conjunto de ações que cada participante pode tomar
- Os resultados derivados de tais ações
- O conjunto de funções que transforma ações em resultados coletivos
- A quantidade de informação disponível para cada membro
- Os custos e benefícios associados a cada ação

Regras como Relações

- Novamente, sete tipos primários de regras:
- **Regras posicionais:** especificam quais as posições a serem ocupadas e quantos indivíduos integrarão tais posições;
- **Regras de fronteiras:** definem como participantes são escolhidos e como eles saem de suas posições;
- **Regras de escopo:** especificam os resultados esperados de tais ações e seu custo e benefício
- **Regras de autoridade:** determinam o conjunto de atribuições para cada posição

Regras como Relações

- **Regras de agregação:** especificam o modo pelo qual as ações individuais serão organizada a fim de se obter o resultado agregado que se espera
- **Regras de informação:** regulamentam o fluxo de informação e coordenação de um grupo
- **Regras de *payoff*:** descrevem como os custos e benefícios devem recair sobre os participantes

Estudo de caso: Pescarias e IAD

- Pescarias em águas públicas ou internacionais são um dos mais clássicos problemas de ação coletiva
- Empresas pesqueiras competem umas com as outras; a colaboração nem sempre é possível ou interessante
- Dessa forma, a competição pesqueira se configura como um problema da *tragédia dos comuns* e um *dilema do prisioneiro*
- A fim de evitar serem *losers* no jogo -- que seu concorrente pesque mais do que eles -- todos os atores têm incentivos para pescarem o maior número possível
- Contudo, se todos agirem assim, o número de peixes se esgota e o lucro de todos no longo prazo é zero

Estudo de caso: Pescarias e IAD

- As soluções mais comuns são as organizadas pelo *estado* e pelo *mercado*
- A solução via estado geralmente funciona da seguinte maneira:
- O governo é definido por meio de processos constitucionais externos, e impõe licenças ou cotas aos pescadores
- Como punição, aplicam-se multas ou revogação da licença
- Problemas identificáveis: *regulation capture* e *rent-seeking*, altos custos de monitoramento, ineficiência, *accountability* apenas por mecanismos oficiais

Estudo de caso: Pescarias e IAD

- Solução via mercado:
- Privatização e imposição de cotas de produção aos participantes
- Como punição, geralmente aplicam-se multas ou apreensão da pescaria
- O modelo tende a ser mais eficiente na alocação de recursos do que o estado, mas também possui certos problemas
- Dependendo do arranjo selecionado, pescadores menores podem ficar excluídos; pouca interação com comunidades locais; vulnerável a *rent-seeking* dentro da empresa reguladora; *accountability* também depende de órgãos do governo

Estudo de caso: Pescarias e IAD

- Um terceiro modelo: *community management*
- Solução favorita de Ostrom
- Ela analisou o caso de uma cidade portuária americana e viu que apesar da ausência de mecanismos estatais ou de fórmulas típicas de mercado, os pescadores criaram uma série de mecanismos que permitiram a cooperação no longo prazo e a pesca sustentável
- Em suas próprias palavras "*they develop rules for themselves which can be quite different from what is in the textbooks*"

Estudo de caso: Pescarias e IAD



Estudo de caso: Pescarias e IAD



Estudo de caso: Pescarias e IAD

- Nível constitucional: as regras foram decididas por consenso, implementadas de acordo com a decisão unânime dos membros
- Assim, resolve-se o problema de acesso à informação e de conhecimento das normas, mencionados no começo
- Nível de ação coletiva: é um sistema democrático e pluralista, no qual todos os membros da comunidade fiscalizam uns aos outros. Dado o pequeno tamanho do grupo, esse sistema é factível. Não há divisão clara de autoridade, exceto alguma diferença por senioridade
- Nível operacional: todos os pescadores se auto-regulam

Estudo de caso: Pescarias e IAD

- 5 partes da análise individual:
- Os tomadores de decisão: neste caso, são os próprios envolvidos. É um sistema de auto-gestão, onde os pescadores fiscalizam uns aos outros. Assim, não há problemas claros de agente-principal
- O grupo afetado pela decisão: idem
- Eventos, bens ou serviços que os indivíduos que interagem entre si produzem: é um *common-pool resource*, um recurso público, peixe para alimentação oriundo de águas coletivas
- A situação onde os indivíduos tomam decisões: como são todos pescadores, o acesso à informação é bom; tamanho reduzido do grupo, custos de monitoramento baixos

Estudo de caso: Pescarias e IAD

- Arranjos institucionais que guiam as decisões individuais: sistema de responsabilidade coletiva com normas curiosas
- The first time the rules are broken, a bow is tied around the offending lobster trap
- On the second offense, the lobstermen visit the home of the offender to discuss the problem
- On the third offense, the lobstermen break up the trap
- On the fourth offense, it's possible the lobstermen may destroy the offenders' boat
- O sistema é eficiente: tem punição progressiva, imposta pela própria comunidade (informação; legitimidade), externalidades positivas para a comunidade (confiança)

Questões

- Que tal vocês me darem outro exemplo de instituição, formal ou não, que pode ser analisada por esse método? Dica: pode ser uma excelente pergunta para o ensaio!